



A BIBLIOTECA E A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO NA ESCOLA
THE LIBRARY AND THE CONSTRUCTION OF EDUCATIONAL WORK IN SCHOOL
LA BIBLIOTECA Y LA CONSTRUCCIÓN DEL TRABAJO EDUCATIVO EN LA ESCUELA

Fabíola Ribeiro Farias ¹
Luiz Percival Leme Britto ²
Zair Henrique Santos ³

Resumo: O artigo aborda a contribuição da biblioteca escolar no trabalho educativo, a partir do entendimento do filósofo alemão Theodor W. Adorno de que a educação tem como fim último a recusa da barbárie. Para isso, toma o conceito de trabalho educativo da pedagogia histórico-crítica e a concepção de biblioteca escolar de Álvarez e Castrillón (2013) para discutir distintas concepções de biblioteca escolar, com ênfase na formação de acervos bibliográficos. Conclui que embora haja avanços na área, ainda há lacunas, especialmente no que toca às distâncias teóricas e práticas entre educação e biblioteconomia, e que a biblioteca escolar pode contribuir para a ampliação do capital cultural de estudantes e professores.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Trabalho educativo. Leitura. Escola.

Abstract: The paper discusses the contribution of the school library in educational work, based on the understanding of the German philosopher Theodor W. Adorno that education has as its ultimate goal the refusal of barbarism. For that, it takes the concept of educational work of the critical-historical pedagogy and the school library conception of Alvarez and Castrillón (2013) to discuss different conceptions of school library, with emphasis on the formation of bibliographic collections. It concludes that although there are advances in the area, there are still gaps, especially regarding the theoretical and practical distances between education and librarianship, and that the school library can contribute to the expansion of the cultural capital of students and teachers.

Keywords: School library. Educational work. Formation. School.

¹ Centro Federal de Formação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

² Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará, Brasil.

³ Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará, Brasil.



Resumen: El artículo aborda la contribución de la biblioteca escolar al trabajo educativo, basado en la comprensión del filósofo alemán Theodor W. Adorno de que la educación tiene como objetivo final el rechazo de la barbarie. Para esto, toma el concepto de trabajo educativo de la Pedagogía Histórico-crítica y el concepto de biblioteca escolar de Álvarez y Castrillón (2013) para discutir diferentes conceptos de biblioteca escolar, con énfasis en la formación de colecciones bibliográficas. Concluye que aunque hay avances en el área, todavía hay brechas, especialmente con respecto a las distancias teóricas y prácticas entre la educación y la biblioteconomía, y que la biblioteca escolar puede contribuir a la expansión del capital cultural de estudiantes y maestros.

Palabras clave: Biblioteca escolar. Trabajo educativo. Lectura. Escuela.

1 INTRODUÇÃO

Theodor Adorno, em sua produção ensaística voltada para a educação e em participações em programas de rádio, afirmava sistematicamente que “a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação” (ADORNO, 1995, p. 119). O autor dedicou-se a examinar as condições que tornaram possível o nazismo – e, com ele, o horror dos campos de concentração –, de forma a compreender o pensamento e o comportamento dos algozes, identificando a motivação perversa de praticar crimes hediondos e a razão de fechar os olhos para o assassinato de milhões de pessoas:

É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos. (ADORNO, 1995, p. 121)

Para o filósofo alemão, a limitação das possibilidades de alteração dos pressupostos objetivos – políticos e sociais – que permitiram o Holocausto, impunha como alternativa à não repetição de Auschwitz a formação e o fortalecimento de subjetividades, do conhecimento, do reconhecimento e da contraposição ao horror. Nesse contexto, a educação teria como primeira e peremptória justificativa a recusa da barbárie.

Mais de meio século depois, a conclamação de Adorno continua atual. Falando em um programa de rádio⁴ e tendo, provavelmente, como ouvintes pessoas comuns, em sua maioria sem intimidade com o meio acadêmico, seu discurso era um apelo contra a barbárie, tendo a educação, especialmente a das crianças, lugar privilegiado.

⁴ Adorno participou, em outras ocasiões, de debates sobre educação na Rádio de Hessen, sempre com a interlocução de Hellmut Becker: em 26 de setembro de 1966, o programa teve como título *Educação – para quê?*; em 14 de abril de 1968, *A educação contra a barbárie*; e em 13 de agosto de 1969, *Educação e emancipação*.



Os campos de concentração de Auschwitz, no sul da Polônia, hoje existem não apenas como memória da violência e do extermínio de milhões de pessoas, mas também como metáfora da crueldade que encontra na consciência coisificada – a recusa à capacidade de fazer experiências, de tomar a realidade como objeto de reflexão – terreno fértil para seu florescimento.

Nosso tempo conta com seus próprios horrores, produzidos historicamente e com as marcas, nem sempre visíveis, da violência e da opressão que sustentam os interesses do capital. Assistimos, cotidianamente, à barbárie, sob o olhar complacente do Estado: jovens negros e pobres assassinados; movimentos sociais tendo sua militância e luta criminalizadas; povos indígenas e comunidades quilombolas ameaçados em seu direito à terra; crimes ambientais sendo, cinicamente, chamados de acidentes; mulheres violentadas e mortas porque são mulheres; homossexuais e transgêneros agredido/as porque não se ajustam ao discurso higienista daqueles que se se querem da ordem e do bem; reformas retiram os frágeis direitos da população, interditando a possibilidade mínima de sobrevivência. A barbárie, porque histórica, se reinventa no tempo, no espaço e nas relações humanas.

Educar contra a barbárie é, segundo Adorno (1995), formar consciência verdadeira, para além da mera transmissão de conhecimentos:

Aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo – a relação entre as formas e estruturas de pensamento do sujeito e aquilo que este não é. Este sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente à capacidade de fazer experiências. Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. Nesta medida e nos termos que procuramos expor, a educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação. (ADORNO, 1995, p. 151)

A educação para a experiência, ou a formação, como postula o autor referido, tem como exigência o exercício permanente de compreensão do tempo, do espaço e das relações, do entendimento da historicidade humana. Nessa perspectiva, a criação e a garantia de condições para que estudantes e docentes tenham acesso ao e se apropriem do conhecimento e das narrativas produzidas ao longo do tempo e do espaço se apresentam como pressuposto para a educação emancipadora.

Considerando a centralidade da escrita e da leitura no trabalho educativo e livros e periódicos, em suporte impresso ou eletrônico, como os mais perenes instrumentos de produção,



registro, guarda e acesso ao conhecimento formal, a biblioteca escolar se apresenta indispensável ao trabalho educativo.

Esse artigo se propõe a pensar a presença da biblioteca na escola e suas contribuições à formação de estudantes e professores em um projeto de educação que tenha no horizonte o desenvolvimento humano e a afirmação da democracia objetiva – democracia de direitos e valores, para além dos padrões formais de eleição e opinião. Isso porque, “uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado” (ADORNO, 1995, p. 141-142).

2 A BIBLIOTECA ESCOLAR E O TRABALHO EDUCATIVO

Para muitos brasileiros, a escola constitui o primeiro contato com livros e materiais de leitura. Para outros tantos, a conclusão ou a interrupção dos estudos significa também considerável redução ou até mesmo o fim do acesso autônomo ao conhecimento produzido e registrado pela letra. Nesse contexto, a biblioteca se coloca na centralidade do espaço escolar, tanto pela reunião e oferta de livros e materiais de leitura, quanto pelas possibilidades ampliadas e diversas de conhecimento do mundo pela cultura escrita.

A importância que as políticas públicas vêm dispensando às bibliotecas, especialmente às escolares, pode ser verificada em sua presença nas instituições de ensino do país e nas diretrizes estabelecidas para a elaboração dos currículos e projetos pedagógicos das escolas.

O Censo da Educação Básica 2019, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, em articulação com as secretarias municipais e estaduais de Educação de todo o país, mapeia a existência de bibliotecas e salas de leitura nas 180.610 escolas de Educação Básica, nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo redes pública e privada.

Em quadro com dados sobre a infraestrutura das escolas, que agrupa desde bibliotecas e laboratórios de ciências até banheiros, o documento informa que 100% das instituições de nível federal contam com biblioteca ou sala de leitura; já na rede estadual, o percentual cai para 81,4% e para 41,4% na esfera municipal; nas escolas da rede privada as bibliotecas ou salas de leitura estão presentes em 80,5% das instituições. Em média, o Censo aponta que bibliotecas e salas de leitura fazem parte de 52% das escolas brasileiras, consideradas as redes públicas e privadas; o percentual médio varia de acordo com as regiões do país, estando os piores indicadores nas regiões norte e



nordeste. É preciso ressaltar que os parâmetros para definição de biblioteca e sala de leitura não são apresentados, o que aponta para compreensões subjetivas do que sejam uma e outra. É possível e até mesmo provável que espaços, acervos e serviços bastante diversos estejam compondo categorias comuns.

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC, de caráter normativo, é um documento

que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2018, p. 7)

Em todo o seu texto, há apenas três ocorrências para a palavra biblioteca, sendo que nenhuma delas reivindica o espaço, seu acervo, serviços ou atividades no escopo do trabalho educativo ou, como estabelece o documento, como instrumento para aprendizagens essenciais. Nas menções ao termo, duas o tomam como espaço apenas:

Selecionar livros da biblioteca e/ou do cantinho de leitura da sala de aula e/ou disponíveis em meios digitais para leitura individual, justificando a escolha e compartilhando com os colegas sua opinião, após a leitura. (BRASIL, 2018, p. 113)

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, é importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros). (BRASIL, 2018, p. 355)

A terceira ocorrência deve ser, nesse contexto, desconsiderada, uma vez que o termo faz parte do nome de uma página eletrônica, apresentada como referência bibliográfica.

Embora a Lei 12.244 / 2010 estabeleça a obrigatoriedade de bibliotecas nas instituições de ensino do país, essa parece ser uma questão que não afeta a área, uma vez que o tema praticamente inexistente nas pesquisas acadêmicas sobre o tema, com a mesma reverberação nas políticas educacionais. Ainda que de maneira parcial, é no campo da biblioteconomia, especialmente em suas representações profissionais, que as bibliotecas escolares são alvo de atenção.

Estabelece o Conselho Federal de Biblioteconomia⁵ que a biblioteca escolar se define como “coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte

⁵ O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa e patrimonial, foi criado pela Lei 40.084, de 30/6/1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Dentre suas atribuições, estão a expedição de resoluções que se tornem necessárias à fiel interpretação e execução da supracitada lei, a proposição ao Governo Federal de modificações para melhorar a regulamentação do exercício do profissional bibliotecário e a deliberação sobre questões oriundas do exercício de atividades afins à especialidade do bibliotecário.



destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura, sendo considerado um dispositivo informacional obrigatório em todas as instituições de ensino públicas e privadas do Sistema de Ensino” (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2018). Cabe-lhe, para tanto:

- a) dispor de espaço físico exclusivo e suficiente para acomodar o acervo, os ambientes para serviços e atividades dos usuários e os serviços técnico administrativos;
- b) possuir materiais informacionais atualizados e diversificados, que atendam às necessidades dos usuários;
- c) ter acervo organizado de acordo com as normas e padrões biblioteconômicos, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez;
- d) disponibilizar acesso a informações digitais (Internet);
- e) funcionar como espaço de aprendizagem;
- f) serem administradas por bibliotecários qualificados, apoiados por equipes adequadas em quantidade e qualificação para atenderem à comunidade.
- g) ter horário de atendimento adequado a toda a comunidade escolar, de forma a estar disponível a seus usuários também em horários de intervalo, a fim de proporcionar acesso à informação de forma irrestrita. (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2018)

Para além das orientações do Conselho Federal de Biblioteconomia, a biblioteca escolar pode ser percebida de distintas maneiras. A revisão bibliográfica sobre o tema aponta para considerável diversidade de entendimentos e ênfases sobre a concepção e a função da biblioteca escolar, desde coleção de livros e serviços em torno do currículo e do projeto pedagógico da escola, com foco no ensino-aprendizagem e no desenvolvimento de competências informacionais, até perspectivas mais abrangentes, que contemplam o valor cultural e a formação de leitores, passando por centros de lazer e de acesso a novas tecnologias. Marília de Abreu Martins Paiva e Adriana Bogliolo Sirihal Duarte (2016) destacam as recomendações de documentos internacionais para as bibliotecas escolares, como o manifesto e as diretrizes da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

No âmbito deste artigo, postularemos sua construção como espaço formativo, tendo no horizonte a contribuição ao trabalho educativo na escola, compreendido na perspectiva da Pedagogia Histórico-crítica. O trabalho educativo é aquele que

produz, nos indivíduos singulares, a humanidade, isto é, o trabalho educativo alcança sua finalidade quando cada indivíduo singular se apropria da humanidade produzida histórica e coletivamente, quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação como ser humano, necessária à sua humanização. (DUARTE, 2012, p. 50)



Mais que espaço físico adequado, acervo organizado, serviços básicos em funcionamento e administração de bibliotecários, como estabelece o Conselho Federal de Biblioteconomia, a biblioteca comprometida com o trabalho educativo terá como exigência o compromisso com o sujeito, individual e coletivamente, seu tempo e suas relações. No que toca à educação escolar, isso se refere, objetivamente, à construção de condições para o acesso e a apropriação do conhecimento e das narrativas produzidas pela humanidade, contemplando o estímulo à produção imaginária e ao espírito criador dos estudantes, que permite uma aproximação subjetiva com o conhecimento e sua recriação na experiência educativa, como postula Alves (2020). A compreensão da escola como "arena privilegiada de desenvolvimento de pessoas criadoras e, por consequência, do gênero humano" (ALVES, 2020, p. 4) encontrara ressonância na concepção de biblioteca escolar no âmbito do trabalho educativo.

É a esse entendimento de biblioteca escolar que se dedicam Didier Álvarez e Silvia Castrillón (2013), tendo como ponto de partida três perguntas que ancoram e orientam sua reflexão: o que pensa e faz a biblioteca no âmbito da educação? Desde quais representações a biblioteca compreende a educação, a escola e seu papel na sociedade? Com que concepções, convicções e compromissos entende a cultura escrita e a informação? Como resposta, reafirmam a necessidade de pensar a biblioteca com projetos que

permitam "ir más allá" en los agudos temas de la formación de lectores y escritores en una cultura escrita aberta, pública, radicalmente dispuesta para todos, pero nunca obligante ni homogeneizadora; también avanzar en el tema de la formación científica como acción pedagógica para la dignificación de la vida y el respeto por la unidad del ser humano con el mundo y no para su depredación: em el uso de la información como medio y no como fin; y en el de proponer dentro de la formación para la cultura escrita otros propósitos más elevados, más cercanos al ansia humana de significación y completud. (ÁLVAREZ e CASTRILLÓN, 2013, p. 17)

Se a biblioteca faz parte da escola e integra seu projeto político-pedagógico, extrapolando a condição de lugar e de acervo, é imperativo que se aproprie e tome como suas as amplas e permanentes questões do trabalho educativo, respondendo a demandas e propondo projetos e atividades que contribuam com a formação de estudantes e professores, como propõem Álvarez e Castrillón (2013). Em outras palavras, que se constitua com intencionalidade na escola, estimulando e assistindo alunos e docentes no desenvolvimento de repertórios intelectuais – filosóficos, políticos, econômicos, históricos, geográficos, biológicos, matemáticos, artísticos, para a compreensão do mundo, para além de perspectivas hegemônicas e do senso comum.



Para isso, a biblioteca escolar precisa ser pensada no âmbito da educação e em um projeto de trabalho educativo. Embora a afirmação soe óbvia, tal reivindicação se mostra necessária: atravessada por dois campos disciplinares – educação e biblioteconomia –, a biblioteca comumente experiencia situações em que pressupostos de um dos campos se sobreponham aos do outro, o que pode ocasionar a prevalência da técnica, esvaziada de intenção educativa, ou a perda da assistência dos saberes biblioteconômicos.

De maneira geral, a biblioteca escolar não se apresenta, de modo considerável, como tema de pesquisa e de ensino no campo da educação, mesmo em grupos que se dedicam a estudos sobre leitura e formação de leitores. Na biblioteconomia, onde está presente mais significativamente, mesmo quando pensada como instrumento de ensino-aprendizagem, chama a atenção a ausência de diálogos aprofundados com as teorias pedagógicas e até mesmo com os currículos, o que revela o interesse específico por partes do processo, pela forma de fazer algo – como pesquisar, como encontrar informação –, em detrimento do processo como um todo, acarretando fragmentação da abordagem do conhecimento na escola, com conseqüente redução da função intelectualizante e formativa.

Esse descompasso fica evidente nas recomendações do Conselho Federal de Biblioteconomia para as bibliotecas escolares, que sequer mencionam termos como currículo, projeto político-pedagógico, sala de aula, estudantes e professores, mostrando-se alheias ao cotidiano da escola. O mesmo se observa no documento *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento – parâmetros para bibliotecas escolares* (GRUPO DE ESTUDOS EM BIBLIOTECA ESCOLAR, 2010), da Universidade Federal de Minas Gerais, produzido a partir de demanda do Conselho Federal de Biblioteconomia, que constitui referência para a área. Em nenhum de seus pontos de abordagem, nomeados pelo documento de “indicadores” – espaço físico, acervo, computadores com acesso à internet, organização do acervo, serviços e atividades e pessoal –, há qualquer menção a elementos relativos ao projeto da escola.

Para que a biblioteca escolar contribua com o trabalho educativo, são necessárias a integração e a convergência de objetivos entre sala de aula e biblioteca, entre docentes e bibliotecários, como consigna o documento *Por las bibliotecas escolares de Iberoamerica*, de autoria coletiva, publicado pelo Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe – Cerlalc:



Existe una relación necesaria entre la biblioteca escolar y el proyecto educativo institucional. La biblioteca escolar tendría que acompañar paso a paso todos los proyectos y planes de la institución, apoyar lo que ocurre en el aula. Pero al mismo tiempo puede ser un espacio autónomo en donde ocurren cosas que complementan las diversas propuestas y ofrece a todos nuevas maneras de interactuar con los materiales escritos y audiovisuales, experimentar lecturas y servirse de ellos. (CERLALC, 2007, p. 30)

Essa integração deve ter como ponto central e mobilizador, embora não exclusivo, o acesso e a apropriação do conhecimento por meio da cultura escrita, uma vez que esta tem sido o instrumento mais perene de registro, guarda e disponibilização do conhecimento e é, por excelência, o objeto ao qual se dedicam as bibliotecas, materializado em livros, revistas e outros documentos, impressos e eletrônicos.

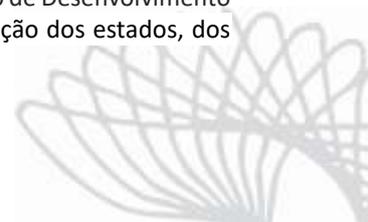
Nessa perspectiva, a biblioteca escolar favorece o trabalho educativo quando, por meio da oferta de distintas autorias, sistemas de pensamento conflituosos e experiências estéticas diversas, amplia, aprofunda e problematiza, com pontos de vista e análises contraditórios, o conteúdo curricular oferecido na sala de aula; e quando expõe a multiplicidade de interesses, de lugares de fala e de perspectivas com que um tema pode ser tratado, a biblioteca escolar contribui para que estudantes e professores percebam o tempo-lugar em que estão e se proponham como sujeitos históricos; e, especialmente, quando cria condições para que seus usuários – estudantes, professores, dirigentes, funcionários – compreendam a cultura escrita e o conhecimento formal como um sistema de poder, com interesses permanentemente em disputa e discursos de neutralidade questionáveis.

A ação bibliotecária que se projete dessa perspectiva pode ser materializada de várias maneiras, especialmente na composição de seu acervo, nos serviços oferecidos e nas atividades realizadas.

2.1 ACERVO BIBLIOGRÁFICO, SERVIÇOS E ATIVIDADES: FORMAS DE REALIZAÇÃO

Em 2007, o Ministério da Educação publicou e distribuiu, em edição da Universidade de Brasília, no âmbito do projeto Profucionário – Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação⁶, o livro *Biblioteca escolar*, de autoria de Graça Pimentel, Liliane Bernardes e Marcelo

⁶ O Profucionário – Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação integra do Plano de Desenvolvimento da Educação, apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, que colocou à disposição dos estados, dos



Santana. O material, disponível na página eletrônica do Ministério da Educação, tem como objetivo “Ampliar os conhecimentos dos funcionários da educação a respeito da Biblioteca escolar para que possam atuar no processo pedagógico da escola contribuindo para a democratização e promoção da leitura” (PIMENTEL; BERNARDES; SANTANA, 2007, p. 5) e, dentre outros aspectos, orienta acerca da formação do acervo de bibliotecas escolares.

Partindo da ideia de coleção e do ato de colecionar, os autores afirmam que a formação do acervo é uma atividade constante e que deve ser realizada à luz dos anseios e das necessidades informacionais de seus usuários.

Em resumo, ao avaliar a formação de um acervo é preciso buscar entender a comunidade escolar envolvida (profissionais da educação, alunos, pais) e suas necessidades de informação, bem como a política de ensino da instituição, para que se possa selecionar com qualidade os itens que serão adquiridos por meio de compra, doação ou permuta. (PIMENTEL; BERNARDES; SANTANA, 2007, p. 35)

No item específico que trata da seleção dos títulos que compõem o acervo da biblioteca escolar, o documento informa que a seleção é orientada por estudos, mas não apresenta critérios para tal, deixando à figura que nomeia “selecionador” a tarefa de determinar que “documentos entram e quais saem do acervo, sempre norteado por critérios adotados para seleção, nunca se esquecendo da importância da comunidade na qual a biblioteca se insere” (PIMENTEL; BERNARDES; SANTANA, 2007, p. 36).

O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE foi criado pelo Ministério da Educação e executado de 1997 a 2014, com o objetivo declarado de “promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência” foi, indiscutivelmente, o maior e mais longo programa de constituição de acervos de bibliotecas escolares. De fato, em grande medida, os acervos existentes em boa parte das bibliotecas escolares da rede pública brasileira são oriundos do PNBE.

Em todo o tempo em que vigorou, distribuiu livros de literatura, periódicos e obras de referência de apoio ao exercício docente a toda a rede de educação básica do País. Por movimentar grande volume de recursos financeiros e envolver, praticamente, todo o mercado editorial brasileiro, a seleção de títulos para aquisição pelo Ministério da Educação passava por rigoroso processo e contava com diretrizes previamente estabelecidas.

municípios e do Distrito Federal, instrumentos eficazes de avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública. (<http://portal.mec.gov.br/par/apresentacao>)



O programa divide-se em três ações: PNBE Literário, que avalia e distribui as obras literárias, cujos acervos literários são compostos por textos em prosa (romãs, contos, crônica, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livros de imagens e livros de história em quadrinhos; o PNBE Periódicos, que avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para as escolas da educação infantil, ensino fundamental e médio e o PNBE do Professor, que tem por objetivo apoiar a prática pedagógica dos professores da educação básica e também da Educação de Jovens e Adultos por meio da avaliação e distribuição de obras de cunho teórico e metodológico. (BRASIL)

Distintas das informações genéricas oferecidas aos educadores vinculados ao Profunçãoário – Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (PIMENTEL; BERNARDES; SANTANA, 2007), as diretrizes apresentadas pelo PNBE apontam concepção objetiva de acervo bibliográfico para bibliotecas escolares, uma vez que definem os livros que serão adquiridos pelo principal e mais abrangente programa público para bibliotecas de escolas.

Assim, indiretamente, temos duas orientações do Ministério da Educação de formação dos acervos bibliográficos das bibliotecas escolares. A primeira, por meio do livro *Biblioteca escolar* (PIMENTEL; BERNARDES; SANTANA, 2007), produzido e distribuído no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE; a segunda inferida pela apresentação do PNBE. A essas orientações, somam-se as expressas pelo Conselho Federal de Biblioteconomia.

Em decorrência da mobilização setorial para o cumprimento da Lei 12.244/10, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, publicada no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2010, o Conselho Federal de Biblioteconomia publicou a Resolução CFB N. 199/2018⁷, que dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. No que toca ao acervo bibliográfico, a primeira recomendação se direciona ao número de itens, com a recomendação expressa de, no mínimo, dez títulos por aluno, contemplando “a diversidade de gêneros e estilos literários, com autores nacionais e estrangeiros” (CFB, 2018). Embora não seja mencionada, a referência quantitativa para a formação do acervo na relação com o número de estudantes parece ter sido tomada do *Manifesto para as Bibliotecas Escolares da IFLA/Unesco*⁸, documento de ampla circulação quando se trata de bibliotecas escolares, que estabelece acervo mínimo de 2.500 títulos para escolas pequenas. Há,

⁷ A Resolução CFB 199/2018 derroga a Resolução CFB N. 119/2011, em que a instituição tomava como parâmetros para as bibliotecas escolares o documento *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares*, do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁸ A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias é um organismo internacional que representa os interesses dos serviços de biblioteca e informação e dos seus usuários, criada em 1927 no Reino Unido.



ainda, recomendação de que o acervo contemple materiais informativos atualizados, impressos e não impressos, tais como livros, periódicos, atlas, enciclopédias, almanaques e dicionários.

Por seu considerável alcance e legitimidade junto aos profissionais bibliotecários e embasamento legal, o Conselho Federal de Biblioteconomia se estabelece como autoridade no tema, tendo suas recomendações grande reverberação no meio.

Embora se verifique avanço, comparadas as orientações de composição dos acervos bibliográficos das bibliotecas presentes em *Biblioteca escolar* (PIMENTEL; BERNARDES; SANTANA, 2007) com as que, indiretamente, estabelecem o PNBE e a Resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia, constata-se considerável lacuna no que toca ao caráter formativo, especialmente na esfera do conhecimento científico.

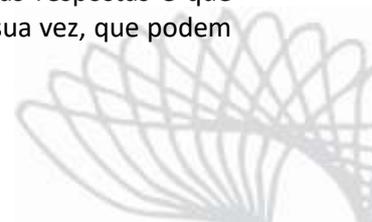
Os editais do PNBE preservavam e valorizavam, no que toca aos livros de literatura, a diversidade de autorias, de gêneros textuais e de experimentações estéticas, garantindo que distintas vozes e narrativas para a compreensão do mundo estejam contempladas nas bibliotecas escolares da rede pública:

As obras de literatura a serem avaliadas e distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola 2013 deverão contribuir para que a escola pública brasileira possa levar os alunos a uma leitura emancipatória, por meio do acesso a textos literários de qualidade que proporcionem experiências significativas e ofereçam estímulos para a reflexão e a participação criativa na construção de sentidos para o texto. Além disso, os textos literários deverão ser portadores de manifestações artísticas capazes de despertar nos leitores jovens não apenas a contemplação estética, mas também, a capacidade de reflexão diante de si, do outro e do mundo que o cerca. (BRASIL, 2011)

No entanto, falhavam na abordagem do conhecimento científico, uma vez que não previam livros de não-ficção para os acervos das bibliotecas, ficando estes restritos ao Acervo do Professor e a revistas e jornais.

O acesso ao conhecimento científico, ou de divulgação científica, como costuma ser chamado, é fundamental na formação de estudantes, desde a infância, nas mais diversas áreas do conhecimento. Distintos dos livros didáticos, que se destinam ao ensino de conteúdos específicos em sala de aula, os livros informativos oferecem aos leitores a oportunidade de

Informar-se com precisão sobre um tema específico, de comparar diferentes perspectivas, de formar uma opinião particular. O livro informativo deveria ser a porta de entrada para se ter acesso, na vida adulta, às obras mais complexas. Ele deveria mostrar às crianças que uma pergunta pode ter várias respostas e que existem avanços tecnológicos associados à modernidade, por sua vez, que podem



provocar catástrofes. Tudo isso lhes daria, certamente, condições de se tornarem pequenos investigadores. (GARRALÓN, 2015, p. 16-17)

Dito de outra maneira, os livros informativos são importantes porque criam condições para que os estudantes ampliem conhecimentos, satisfaçam a curiosidade sobre a natureza e a vida social e política e entendam que há diferentes maneiras de pensar, saber e indagar o mundo.

Retomando a perspectiva de Álvarez e Castrillón (2013), é fundamental que as bibliotecas escolares reúnam condições ao trabalho educativo. A formação de acervos bibliográficos que contemplem a diversidade e a complexidade do conhecimento em distintas áreas se mostra central nessa perspectiva. Na dimensão formativa democrática, o trabalho educativo pauta-se pela garantia de estruturas para que estudantes e professores acessem ao e se apropriem do conhecimento e das narrativas produzidas pela humanidade e, ainda, que compreendam esse processo como produto de relações sociais, históricas, culturais e econômicas, que distribuem condições objetivas e subjetivas desigualmente na sociedade brasileira.

Os serviços e atividades bibliotecários podem se apresentar como frente de intervenção e de redução de desigualdades no acesso e na apropriação do conhecimento no ambiente escolar. Se as pesquisas em sociologia e educação apontam, reiterada e conclusivamente, que o capital cultural das classes dominantes imposto e valorizado na educação formal – compreendido e tornado conceito por Pierre Bourdieu (NOGUEIRA, 2017) como violência simbólica – e, especialmente, sua ausência, determinam, em grande medida, a trajetória dos estudantes, cabe à biblioteca escolar agir pedagogicamente em favor dos alunos e dos professores. Isso pode se dar de duas maneiras, ambas lentas e a longo prazo: a primeira, como compensação, com a oferta aos estudantes de iniciação e aprofundamento nos conhecimentos valorizados na educação escolar, ampliando, mesmo que com limitações, seu capital cultural. A segunda, indissociável da primeira, tornando evidente, com leituras e tensionamentos de visões de mundo, a essência da violência simbólica e suas estratégias de legitimação e de dominação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecer uma política pública de educação que reconheça a biblioteca como instrumento de trabalho educativo, em consonância com o que postula a Pedagogia Histórico-crítica, tem como primeira exigência a adesão a um projeto de educação. Toda a existência da biblioteca - acervo, serviços, atividades, organização, funcionamento e, principalmente, profissionais - deve ser



construída em torno de um projeto de trabalho educativo. Além disso, é claro, faz-se necessária a garantia de existência de bibliotecas em todas as instituições de ensino, com os devidos investimentos para que elas ofereçam acervos, serviços e atividades de qualidade à comunidade escolar.

Obviamente, como a própria educação, a biblioteca escolar não opera milagres – seria ingenuidade pensar que o trabalho educativo romperia, isoladamente, as estruturas desiguais existentes no País. No entanto, saber de si e do mundo, das relações que determinam a história humana e de cada um, já constitui possibilidade de indagação e de recusa dos caminhos injustos oferecidos à maioria como naturais e imutáveis – uma espécie de barbárie, certamente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ÁLVAREZ, Didier; CASTRILLÓN, Silvia. **Biblioteca escolar**. Bogotá: Asolectura, 2013.

ALVES, Solange Maria. A produção imaginária na escola e a formação de pessoas criadoras: reflexões a partir da Teoria Histórico-Cultural. In: **Revista Tempos e Espaços em Educação**. vol. 13, n. 32, e-11652, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/11652/10239>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019**: notas estatísticas. Brasília, 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6798882. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Básica. **Edital de Convocação 08/2011 – GCPLI**: inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 14 maio 2019.

CENTRO REGIONAL PARA EL FOMENTO DEL LIBRO EN AMÉRICA LATINA, EL CARIBE, ESPAÑA Y PORTUGAL. **Por las bibliotecas escolares de Iberoamerica**. Bogotá: Cerlalc, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). **Resolução CFB N. 199**, de 03 de julho de 2018. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares. Brasília, 2018. Disponível em <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1313>. Acesso em: 10 maio 2018.



DUARTE, Newton. Lukács e Saviani: a ontologia do ser social e a pedagogia histórico-crítica. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

GARRALÓN, Ana. **Ler e saber**: os livros informativos para crianças. São Paulo: Pulo do Gato, 2015.

GRUPO DE ESTUDOS EM BIBLIOTECA ESCOLAR. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para a biblioteca escolar. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

NOGUEIRA, Maria Alice. Capital cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

PAIVA, Marília de Abreu Martins Paiva; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Biblioteca escolar: o que é? **Educação em foco**, ano 19, n. 29, p. 87-106, set-dez. 2016.

PIMENTEL, Graça; BERNARDES, Liliane; SANTANA, Marcelo. **Biblioteca escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio_esc.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

SOBRE A AUTORA E OS AUTORES

Fabiola Ribeiro Farias

Pós-doutora em Educação (Ufopa), doutora em Ciência da Informação (UFMG), professora substituta (Cefet-MG), membro do Grupo de Pesquisa e Intervenção em Leitura, Escrita e Literatura na Escola – Lelit (Ufopa). E-mail: fabiolarfarias@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3139-1038>

Luiz Percival Leme Britto

Doutor em Linguística (Unicamp), professor (Ufopa), Programa de Pós-Graduação em Educação e Profissionalizante em Letras (Ufopa), líder do Grupo de Pesquisa e Intervenção em Leitura, Escrita e Literatura na Escola – Lelit (Ufopa).

E-mail: luizpercival@hotmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6825-7927>

Zair Henrique Santos

Doutor em Educação (Unicamp), professor (Ufopa), Programa de Pós-Graduação em Educação e Profissionalizante em Letras (Ufopa), coordenador adjunto do Grupo de Pesquisa e Intervenção em Leitura, Escrita e Literatura na Escola – Lelit (Ufopa).

E-mail: zair-santos@bol.com.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9798-7478>

Recebido em: 02/03/2020

Aprovado em: 19/04/2020

Publicado em: 26/04/2020

